

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 102/2018**  
**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2018**

**1. PREÂMBULO**

**1.1 O MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**, situado na Rua Celso Tozzo, n. 27, Bairro Centro, CEP 89819-000, inscrito no CNPJ sob n. 95.990.198/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal **CARLOS ALBERTO TOZZO**, e o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORDILHEIRA ALTA**, situado na Rua Maria Ranzan, n. 619, Bairro Rosa Linda, CEP 89819-000, inscrito no CNPJ sob o n. 11.427.163/0001-71, neste ato representado pela sua gestora, Sra. Rafaela Regina Pacifico Dezen, tornam público que realizarão licitação na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, que será processada e julgada em conformidade com as leis n. 10.520/02 e n. 123/06, com aplicação subsidiária das leis n. 8.666/93 e n. 8.078/90, cuja documentação e proposta devem ser entregues no dia e hora abaixo especificados, no Departamento de Compras e Licitações do Município de Cordilheira Alta.

**DATA E HORÁRIO LIMITE DE ENTREGA DOS ENVELOPES:** Até às 08h30 do dia 14/12/2018.

**DATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES:** Dia 14/12/2018, às 09h00.

**2. DO OBJETO**

2.1 A presente licitação tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES NOVOS, ANO FABRICAÇÃO 2018, MODELO 2019 OU SUPERIOR**, conforme especificações constantes no anexo "A" deste edital.

2.2 O objeto social da empresa licitante deverá ser pertinente e compatível com o objeto disposto no item 2.1 deste edital.

**3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1 Não poderão participar da presente licitação, empresas que estejam cumprindo as sanções previstas no artigo 87, III e IV da Lei Federal nº 8.666/1993, nos casos de suspensão, desde que tenham sido penalizadas pela Administração Municipal de Cordilheira Alta – SC, bem como empresas nas seguintes condições: a) com falência decretada; b) em consórcio; c) estrangeiras.

3.2 Podem participar da presente licitação, todos os interessados que comprovem o atendimento dos requisitos estabelecidos neste Edital;

3.3 Não poderão participar na condição de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte as que se enquadram nas hipóteses previstas nos incisos I à X do Artigo 3º §4º da Lei Complementar 123/2006.

**4. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DO CREDENCIAMENTO**

4.1 No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública, o Pregoeiro (a), inicialmente, receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, desde que protocolados de acordo com o disposto no item 1.1, em envelopes distintos, lacrados, contendo na parte externa a seguinte identificação:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA - SC**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº43/2018**

**ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL**

**PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)**

**CNPJ:**

**ENDEREÇO COMPLETO:**

**CEP:**

**TELEFONE / FAX:**

**E-MAIL:**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA - SC**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº43/2018**

**ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

**PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)**

**CNPJ:**

**ENDEREÇO COMPLETO:**

**CEP:**

**TELEFONE / FAX:**

**E-MAIL:**

4.2 Em seguida, realizará o credenciamento dos interessados ou de seus representantes, que consistirá na comprovação de que possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame, nos seguintes termos:

4.2.1 O licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao Pregoeiro, no dia da abertura dos envelopes, até quinze minutos antes da abertura dos mesmos, diretamente ou através de seu representante que, devidamente identificado e credenciado por meio legal, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, com poderes para formulação de ofertas e lances verbais e para a prática dos demais atos do certame, no interesse do representado, através da apresentação de procuração, ou termo de credenciamento, nos termos do modelo constante do Anexo “C”, juntamente com fotocópia de documento de identificação com foto.

4.2.2 A documentação referente ao credenciamento deverá ser apresentada fora dos envelopes.

4.3 O credenciamento será efetuado da seguinte forma:

a) se dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado da empresa proponente, deverá ser apresentada cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado; em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores; no caso de sociedade civil, inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício; em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

b) se representante legal, deverá apresentar:

b.1) instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante devidamente reconhecida, em que conste o nome da empresa outorgante, bem como de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, e, também, o nome do outorgado, constando ainda, a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública; ou

b.2) termo de credenciamento (conforme modelo no Anexo C deste edital) outorgados pelos representantes legais do licitante, comprovando a existência

dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

4.3.1 Em ambos os casos (b.1 ou b.2), deverá ser acompanhado do ato de investidura, Contrato Social devidamente Autenticado do outorgante como dirigente da empresa.

c) se empresa individual, o registro comercial, devidamente registrado.

**4.3.2 É obrigatória a apresentação de cópia autenticada de documento de identificação com foto.**

4.4 Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatório a presença da licitante ou de seu representante em todas as sessões públicas referentes à licitação.

OBS: Todos os documentos, exigidos para credenciamento, poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião ou por Funcionário Público desta Administração pertencente à Comissão de Licitações e/ou Cadastro de Fornecedores. **A autenticação por Servidor Público desta Administração somente será realizada até o dia útil que antecede a data da abertura dos envelopes.**

4.5 O credenciamento no momento da licitação implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Presencial.

4.6 A não apresentação dos documentos para o credenciamento, não inabilitará o licitante, mas o impedirá de ofertar lances verbais, lavrando-se em ata o impedimento.

4.7 Cada representante poderá representar um único licitante.

**4.8 Os proponentes deverão apresentar fora dos envelopes 01 e 02 declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação deste Edital (ANEXO D), bem como apresentar o último balanço já exigível ou Certidão Simplificada para comprovação de ME ou EPP, emitida dentro do prazo de 180 dias da data de abertura da licitação, mencionada no item 1.1.**

4.9 As licitantes que não se fizerem representar na sessão deverão encaminhar, de igual forma, as documentações constantes no 4.2.1, 4.3 e 7.1, anexando-as, obrigatoriamente, por fora do envelope.

4.10 Durante a fase de credenciamento, a critério do Pregoeiro (a), poderá o mesmo permitir aos licitantes complementarem as exigências para o credenciamento conforme estabelecido neste edital, desde que não acarrete prejuízos ao certame.

4.11 As proponentes que encaminharem a documentação referente ao credenciamento juntamente com os Envelopes 1 – Proposta Comercial e 2 – Documentação de Habilitação-, via postal, deverão, preferencialmente encaminha-los em envelope distinto, devidamente lacrado e identificado.

4.12 Para fins de comprovação, no credenciamento, do exigido no subitem 2.2 a licitante poderá apresentar o Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral (CNPJ) ou ainda se valer do documento apresentado no subitem 4.2.1.

4.13 Não será permitida a participação de empresas distintas através de um único representante.

4.14 A recepção dos envelopes far-se-á de acordo com o estabelecido no item 1.1 deste Edital, sendo aceita a remessa por via postal, sob total responsabilidade do licitante, com aviso de recebimento, desde que seja efetuada a entrega dos mesmos até o dia e hora indicados para protocolo. A

Administração Municipal de Cordilheira Alta e o Pregoeiro não se responsabilizarão, e nenhum efeito produzirá para o licitante, se os envelopes não forem entregues em tempo hábil para protocolização dentro do prazo estabelecido no item 1.1, no Setor de Compras desta Prefeitura. Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e/ou documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

4.15 É recomendado ao licitante se dirigir ao Setor de Compras com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência do horário limite para protocolo. A Administração não se responsabiliza por filas e/ou quedas do sistema, no Setor de Compras, o que pode acarretar atrasos na protocolização dos envelopes.

4.16 No caso da proponente ser Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), esta deverá apresentar para credenciamento Certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com o artigo 8º da Instrução Normativa DRNC nº 103/2007, com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao da data de abertura desta licitação. As sociedades simples, que não registrarem seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar Certidão de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, atestando seu enquadramento nas hipóteses do Art. 3º da Lei Complementar 123/2006.

4.16.1 Não serão aceitas para fins de comprovação da situação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, declaração emitida pelo próprio licitante.

4.17 A empresa que não comprovar a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, com a apresentação de um dos documentos acima descritos, não terá direito aos benefícios concedidos pela Lei Complementar 123/2006.

Este(s) documento(s) deverá (ão) ser apresentado(s) obrigatoriamente fora do envelope 01 – Proposta de Preços.

4.18 Recomenda-se que as páginas da proposta de preços e dos documentos de habilitação sejam numeradas e rubricadas, não cabendo aos proponentes quaisquer reivindicações relativas à ausência de documentos, no caso de inobservância desta recomendação.

## **5. DA PROPOSTA COMERCIAL**

5.1 O Envelope nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL deverá conter a proposta propriamente dita, redigida em português, de forma clara e detalhada, sem emendas ou rasuras, devidamente datada, assinada ao seu final e rubricada nas demais folhas, contendo ainda:

- a) Razão social, endereço completo, nº do CNPJ e nº da Inscrição Estadual e/ou Municipal da proponente e contato telefônico e eletrônico (e-mail);
- b) Número deste Pregão;
- c) Número do item, descrição dos itens nos termos do Anexo “B” deste Edital, quantidade, unidade de medida, marca, preço unitário e preço total do item em algarismos e por extenso.
- d) Local, data, assinatura e identificação do representante legal da licitante.

5.2 A ausência do valor por extenso ou alfanumérico poderá ser sanada em sessão, desde que haja a possibilidade de se identificar o valor real da proposta de preços.

5.3 Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, com no máximo duas casas decimais à direita da vírgula, praticados no último dia

previsto para a entrega da proposta, sem previsão de encargos financeiros ou expectativa inflacionária.

5.4 Nos preços finais deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, custos, despesas administrativas e operacionais, fretes, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais ou ainda fornecimento de peças, mão de obra, trabalho em sábados, domingos e feriados ou em horário noturno, que eventualmente incidam sobre a execução do objeto da presente Licitação assim como as despesas eventuais com assistência técnica para prestação da garantia.

5.4.1 A licitante contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta.

5.5 Fica estabelecido em 60 (sessenta) dias consecutivos o prazo de validade das propostas, nos termos do artigo 6º da Lei Federal nº 10.520/2002 o qual será contado a partir da data da sessão de abertura dos envelopes nº 01, estabelecida no item 1.1 deste Edital. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento.

5.6 As propostas que tenham sido classificadas serão verificadas pelo Pregoeiro para constatar a possibilidade de erros aritméticos nos cálculos e na soma. Os erros serão corrigidos pela Comissão da seguinte forma:

- a) nos casos em que houver discrepância entre os valores grafados em algarismos numéricos e por extenso, o valor grafado por extenso prevalecerá;
- b) nos casos em que houver uma discrepância entre o preço unitário e o valor total obtido pela multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário cotado deverá prevalecer;
- c) nos casos em que houver discrepância entre o valor da soma de parcelas indicada na Proposta e o valor somado das mesmas, prevalecerá o valor somado pelo Pregoeiro.

5.6.1 O disposto no item 5.6 e suas alíneas não é imutável, podendo a Comissão adotar a melhor solução caso a caso, consoante os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

5.6.2 Os preços unitários apresentados no texto da proposta da licitante serão corrigidos pelo Pregoeiro de acordo com o procedimento acima e serão considerados para efeito de ordenação em relação às demais licitantes e como o valor a que se obriga o proponente.

5.6.3 Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir, ou criar direitos, sem previsão expressa no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta que não for conflitante com o Edital.

5.7. É facultada ao pregoeiro a correção, diante de todos os participantes, de falhas formais que não acarretarão danos legais ao andamento do certame, visando assegurar o Princípio da Ampla Participação e Interesse Público. No caso de omissões puramente formais em Propostas, inclusive quanto ao seu prazo de validade, serão considerados os previstos no Edital.

**5.8 A empresa proponente deverá apresentar, juntamente com a proposta, o prospecto definitivo de produção em série do veículo (não o prospecto montado aleatoriamente).**

**5.8.1 A empresa proponente também deverá apresentar junto à proposta contrato de concessão com montadora, comprovando, assim, que é concessionária autorizada para vender o veículo ofertado na proposta.**

## **6. DA DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO**



6.1 O Envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO deverá conter os seguintes documentos de habilitação:

- a) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (ABRANGENDO AS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS);
- b) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Estaduais;
- c) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Municipais, relativa ao Município da sede do licitante;
- d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei;
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplentes perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei nº 12.440 de 07 de julho de 2011;
- f) Certidão negativa de Falência e Concordata e Recuperação Judicial.
- g) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), emitida no prazo máximo de 90 dias da data de abertura dos envelopes, mencionada no item 1.1.
- h) Ato Constitutivo, Contrato Social.
- i) - Declaração da proponente que atende ao inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, que se refere ao inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, que diz o seguinte: “Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre, aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos” conforme modelo constante em Anexo.
- j) Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, na forma do 4º, VII, da Lei 10.520/2002.
- k) Espelho obtido junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas- CEIS de que a empresa não está impedida de Contratar com a Administração Pública, disponível no site [www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis).

**OBS: Os documentos exigidos para habilitação que forem apresentados na fase de credenciamento (item 4 do edital) ficam dispensados de serem apresentados no envelope de nº 02 (dois).**

6.2 Quando as certidões apresentadas não tiverem prazo de validade estabelecido pelo competente órgão expedidor, será adotada a vigência de 90 (noventa) dias consecutivos, contados a partir da data de sua expedição. Não se enquadram nesse dispositivo os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade.

6.2.1 A data que servirá de referência para verificação da validade dos documentos de habilitação é aquela disposta no item 1.1 deste Edital.

6.3 Os documentos exigidos nesta Licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da Administração Pública do Município de Cordilheira Alta, ou publicação em órgão da imprensa oficial. **A autenticação por Servidor Público desta Administração somente será realizada até o dia que antecede a data de abertura dos envelopes, previsto no item 1.1 deste edital.**

6.3.1 As certidões e certificados exigidos como condição de habilitação poderão, também, ser apresentados em documento extraído diretamente da Internet, ficando, nesse caso, a sua aceitação condicionada à verificação da sua veracidade pelo Pregoeiro ou sua Equipe de Apoio, no respectivo *site* do órgão emissor.

6.4 Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados, deverão estar em nome da licitante com o respectivo número do CNPJ, nas seguintes condições:

6.4.1 Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

6.4.2 Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

6.5 Caso a obrigação venha a ser cumprida pela filial e a vencedora seja a matriz, ou vice-versa, deverão ser apresentados, na licitação, os documentos de habilitação de ambas, ressalvados aqueles que, pela própria natureza ou em razão de centralização de recolhimentos, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.6 A empresa poderá apresentar os documentos de comprovação de regularidade fiscal, citados no item 6.1, centralizados junto à matriz desde que apresente documento que comprove o Reconhecimento da Centralização do Recolhimento expedido pelo órgão respectivo, ou que conste na certidão a validade para a matriz e para as filiais.

6.7 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida no item 6.1, mesmo que os documentos exigidos relativos à regularidade fiscal apresentem alguma restrição.

6.7.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.7.2 A não regularização da documentação, no prazo previsto no Item 6.7.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nos arts. 81, 86 e 87 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

## **7. DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO**

7.1 Aberta a sessão os interessados ou seus representantes apresentarão declaração verbal ou escrita, (no caso de não comparecimento, a declaração escrita, conforme modelo constante do Anexo “D” deverá ser anexada por fora do envelope da proposta, juntamente com o documento exigido no Item 4.2.2 deste Edital), dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (inciso VII do Art. 4º da Lei nº 10.520/2002), sendo consignado em ata.

7.2 Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, sob pena de desclassificação. Será classificada então, a proposta de menor preço e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.

7.2.1 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três,

oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

7.2.2 Serão passíveis de desclassificação as propostas formais (ou seus itens, de forma individual) que não atenderem os requisitos constantes dos itens 5.1 a 5.7 deste Edital, bem como, quando constatada a oferta de preço manifestamente inexequível.

7.3 No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidados individualmente a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

7.3.1 Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.3.2 A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços de cada item do objeto do certame.

7.3.3 A oferta de lance deverá recair sobre o preço **unitário do item** do objeto desta licitação que tiver sido declarado, pelo Pregoeiro, como alvo de lances naquele momento.

7.3.3.1 Os lances verbais ofertados pelas licitantes também deverão ser registrados manualmente e assinados pelos seus representantes legais em formulário próprio que será apresentado às licitantes pelo Pregoeiro, documento esse que constituirá parte integrante da ata circunstanciada lavrada ao final da Sessão Pública do Pregão.

7.3.3.2 O Pregoeiro alertará e definirá sobre a variação mínima de preço entre os lances verbais ofertados pelas licitantes, podendo, no curso desta fase, deliberar livremente sobre a mesma.

7.3.4 É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

7.3.5 Dos lances ofertados não caberá retratação.

7.3.6 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

7.4 Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

7.5 O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.6 Encerrada a etapa de lances, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme previsto no art. 44 da Lei Complementar nº. 123 de dezembro de 2006.

7.6.1 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.7 Ocorrendo o empate previsto no item 7.6.1, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;



b) não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea “a” deste Item, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese prevista no Item 7.6.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no Item 7.6.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.7.1 Na hipótese da não contratação nos termos previstos no Item 7.7, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.7.2 O disposto no Item 7.7 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.7.3 A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, após convocação verbal do pregoeiro, sob pena de preclusão.

7.8 Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores consignados no item que trata do valor orçado ou valor máximo deste Edital, decidindo, motivadamente, a respeito.

7.9 Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu Envelope nº 02. DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item 6 e subitens, deste Edital.

7.10 Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto. Caso contrário, o Pregoeiro inabilitará as licitantes que não atenderem todos os requisitos relativos à habilitação, exigíveis no item 6 e seus subitens, deste Edital.

7.11 Se a proposta ou o lance de menor preço não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

7.11.1 Ocorrendo a situação referida no item 7.9, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

7.12 Observando-se o disposto no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, excepcionalmente, o pregoeiro poderá suspender a Sessão Pública para realizar diligências visando esclarecer dúvidas surgidas acerca da especificação do objeto, ou da documentação apresentada.

7.13 Caso todas as propostas sejam julgadas desclassificadas (antes da fase de lances verbais) ou todas as licitantes sejam inabilitadas, o Pregoeiro poderá fixar aos licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de outras propostas ou de nova documentação, escoimadas das causas que ensejaram a sua desqualificação (art. 48, § 3º, da Lei 8.666/93).

7.14 Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de recorrer, registrando na ata da Sessão a

síntese de suas razões e a concessão do prazo de 3 (três) dias para a apresentação das razões de recurso, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, apresentarem contrarrazões do recurso em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

7.14.1 A falta dessa manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

7.14.2 A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública do Pregão caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

7.15 Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima.

7.15.1 A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro, sua Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes, salvo quando algum representante se ausentar antes do término da Sessão, fato que será devidamente consignado em ata.

7.16 Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimados, no mesmo ato, os licitantes presentes.

7.17 O Pregoeiro poderá abrir diligências, caso necessário, durante a sessão.

7.18 O Pregoeiro manterá em seu poder os envelopes com a Documentação de Habilitação das licitantes que não restarem vencedoras de qualquer item do objeto desta Licitação, pelo prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do(s) Contrato(s), devendo os seus responsáveis retirá-los em 5 (cinco) dias consecutivos após esse período, sob pena de inutilização dos mesmos.

## **8. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO**

8.1 No julgamento das propostas, será(ão) considerada(s) vencedora(s) a(s) licitante(s) que apresentar(em) o **MENOR PREÇO POR ITEM**, desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.

8.2 No caso de empate entre duas ou mais propostas, e depois de obedecido o disposto no artigo 3º, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, a classificação será feita, obrigatoriamente, por sorteio, que será realizado na própria Sessão.

8.3 A adjudicação do objeto deste PREGÃO será formalizada pelo(a) Pregoeiro(a), PELO MENOR PREÇO POR ITEM, à(s) licitante(s) cuja(s) proposta(s) seja(m) considerada(s) vencedora(s).

8.4 O resultado da licitação será homologado pela Autoridade Competente.

## **9. DO PRAZO, FORMA DE RECEBIMENTO E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO**

9.1 O objeto deverá ser entregue no endereço citado no preambulo, no prazo máximo de 30 dias após emissão da Autorização de Fornecimento, conforme descrito no Termo de Referência (Anexo “a” deste edital).

## **10. DOS PREÇOS MÁXIMOS**

10.1 Os preços máximos a serem admitidos pela Administração Municipal são os previstos na tabela de itens constantes no Anexo “A” deste edital, sob pena de desclassificação.

## **11. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

11.1 O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a execução do objeto, com apresentação da nota fiscal correspondente, conforme disposto na Cláusula Quinta da minuta do contrato constante no anexo “E” deste edital.

11.2 As despesas decorrentes da execução do objeto deste edital correrá a cargo da dotação: (Projeto Atividade **1.030, 2.034, 1.003 - Elemento 4.4.90**), prevista na Lei Orçamentária do Exercício de 2018.

11.3 Os recursos para pagamento do objeto desta licitação correrão por conta de recursos próprios da Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta e recursos federais das contas do IGDBF(Índice de Gestão Descentralizada) do MDSA.

11.4 O pagamento será efetuado, mediante depósito bancário, em conta corrente de titularidade da contratada.

11.5 As notas fiscais/notas fiscais eletrônicas deverão ser emitidas conforme informações prestadas pelos integrantes do Setor de Compras.

## **12. DAS AMOSTRAS**

12.1 Não haverá apresentação de amostras.

## **13. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

13.1 Qualquer cidadão poderá impugnar os termos do presente Edital, por irregularidade na aplicação da Lei nº 8.666/93, protocolizando o pedido até 5 (cinco) dias úteis anteriores da data fixada para abertura da Sessão Pública, no endereço discriminado no preâmbulo deste Edital, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até três dias úteis.

13.1.1 Só serão admitidas as impugnações que forem protocoladas no Setor de Compras da Prefeitura de Cordilheira Alta, no endereço indicado no subitem 1.1., não sendo aceita qualquer outra forma de envio das mesmas.

13.2 Decairá do direito de impugnar os termos do presente edital a LICITANTE que não apontar as falhas ou irregularidades nele supostamente existentes até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a abertura da Sessão Pública, ficando esclarecido que a intempestiva comunicação do suposto vício não poderá ser aproveitada a título de recurso.

13.3 A impugnação feita tempestivamente pela LICITANTE não a impedirá de participar do processo licitatório, ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

13.4 Acolhida impugnação contra o edital será designada nova data para a realização do certame, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

13.5 A impugnação deverá ser dirigida ao Setor de Compras desta Prefeitura, que a encaminhará, devidamente informada, à Autoridade Competente para apreciação e decisão.

13.6 A Administração julgará e responderá à impugnação, após sua protocolização.

## **14. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

14.1 Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões de recurso, conforme prevê o artigo 4º, XVIII, da Lei 10.520/02.

14.2 O recurso deverá ser dirigido ao Pregoeiro que poderá reconsiderar sua decisão, ou, fazê-lo subir, devidamente informado, para apreciação e decisão da autoridade superior.

14.3 As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública sobre as razões recursais, terão o prazo de 03 (três) dias para apresentarem as contrarrazões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

14.4 A manifestação e a motivação da intenção recursal deverá ser feita de próprio punho durante a Sessão Pública, sendo essa manifestação e a posterior protocolização do recurso administrativo, pressupostos de admissibilidade, aceitação e julgamento de mérito.

14.5 Decididos os recursos, o Pregoeiro fará a adjudicação do objeto do certame à licitante vencedora.

## **15. DO CONTRATO E RESPECTIVA VIGÊNCIA**

15.1. Após a homologação do resultado, será(ão) a(s) vencedora(s) notificada(s) e convocada(s) para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, assinar(em) o pertinente contrato (minuta constante do Anexo “E”), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no item 17, deste Edital.

15.2. A vigência do contrato decorrente desta licitação será até 31/03/2018, a contar da assinatura do contrato, conforme anexo “E” deste edital.

15.3. Caso o contrato, por qualquer motivo, não venha a ser assinado, a licitante subsequente, na ordem de classificação, será notificada para nova Sessão Pública, na qual o pregoeiro examinará a sua proposta e qualificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, podendo o pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

## **16. DA RESCISÃO CONTRATUAL**

16.1. A inexecução total ou parcial do Contrato decorrente desta licitação ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização.

16.2. A rescisão contratual poderá ser:

16.2.1. Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;

16.2.2. Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

## **17. DAS PENALIDADES**

17.1 A recusa imotivada do adjudicatário em assinar o Instrumento Contratual no prazo assinalado neste edital, sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar o contrato, nos termos do item 15.1 do presente instrumento convocatório.

17.2 Entende-se por valor total do contrato o montante dos preços totais finais oferecidos pela licitante após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

17.3 A penalidade de multa, prevista no item 17.1 deste edital, poderá ser aplicada, cumulativamente, com as penalidades dispostas na Lei nº 10.520/2002, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.

17.4 A Administração Municipal de Cordilheira Alta poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitida às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, “caput”, da Lei nº 8.666/1993.

17.5 Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a empresa contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

17.6 Pelo atraso injustificado na execução do contrato, sujeita-se a CONTRATADA à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

17.7 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal 8.666/1999, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida.

17.8. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

17.9 O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 17.6 e 17.7 será o valor inicial do Contrato.

17.10 As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta.

17.11 Sem prejuízo das penalidades de multa fica a contratada que não cumprir as cláusulas contratuais, sujeitas ainda:

17.11.1 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

17.11.2 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

## **18 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

18.1 Esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, serão prestados diretamente no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de

Cordilheira Alta, no endereço citado no preâmbulo deste Edital, ou através do telefone (0\*\*49) 3358-9100, de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00.

18.2 Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, as licitantes farão constar em sua documentação endereço eletrônico (e-mail), número de telefone e fax, bem como o nome da pessoa indicada para contatos.

18.3 A Administração Municipal de Cordilheira Alta reserva-se o direito de filmar e/ou gravar as Sessões Públicas deste Pregão.

18.4 Informações verbais prestadas por integrantes da Administração Municipal de Cordilheira Alta não serão consideradas como motivos para impugnações.



18.5 Os casos omissos neste Edital serão resolvidos à luz das disposições contidas nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar 123, de 15/12/2006, e, se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

18.6 Todos documentos exigidos nesta Licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da Administração Pública do Município de Cordilheira Alta, ou publicação em órgão da imprensa oficial. A autenticação por Servidor Público desta Administração somente será realizada até o dia útil que antecede a data prevista para a entrega e abertura dos envelopes.

18.7 No interesse da Administração, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

- a) adiada a abertura da licitação;
- b) alterados os termos do Edital, obedecendo ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

18.8 As licitantes participantes deste certame licitatório desde já declaram:

18.8.1 Sob pena prevista no parágrafo único do artigo 97 da Lei Federal nº 8.666/1993, não estarem declaradas inidôneas ou suspensas de participação em licitações pelo Município de Cordilheira Alta, SC, nos termos dos incisos III e IV do artigo 87 do referido diploma legal;

18.8.2 Para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não empregam menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, ressalvados os casos de menor a partir de quatorze anos na condição de aprendiz.

18.9 O foro competente para dirimir possíveis dúvidas e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação é o da Comarca de Chapecó, SC, excluído qualquer outro.

## **19 - DOS ANEXOS DO EDITAL**

19.1. Integram o presente Edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

- a) **Anexo “A”** – TERMO DE REFERÊNCIA;
- b) **Anexo “B”** – MODELO PROPOSTA DE PREÇOS;
- c) **Anexo “C”** – MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO;
- d) **Anexo “D”** – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO V, DO ART. 27, DA LEI 8.666/93;
- d) **Anexo “E”** – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INC. VII, DO ART. 4º, DA LEI Nº 10.520/2002;
- e) **Anexo “F”** – MINUTA DO CONTRATO;

Cordilheira Alta, SC, 04 de Dezembro de 2018.

**CARLOS ALBERTO TOZZO**  
Prefeito Municipal

**RAFAELA R. P. DEZEN**  
Gestora do FMS

**ANEXO A**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

1. **OBJETO**  
**AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES NOVOS, ANO FABRICAÇÃO 2018, MODELO 2019 OU SUPERIOR, conforme especificações abaixo:**

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	VEÍCULO AUTOMOTOR NOVO, TIPO FURGÃO, ANO DE FABRICAÇÃO 2018, MODELO 2019 OU SUPERIOR, ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: NA COR BRANCA DE FÁBRICA, COM TETO ALTO DE FÁBRICA, EQUIPADO COM MOTOR A DIESEL, 04 CILINDROS TURBO INTER COOLER, COMPRIMENTO DE NO MÍNIMO 5.540 MM, ENTRE EIXOS DE NO MÍNIMO 3.600MM, ALTURA DO COMPARTIMENTO DE CARGA DE NO MÍNIMO 1.890 MM, RÁDIO AM/FM COM MP3/WMA COM PORTA USB, COM POTÊNCIA DE NO MÍNIMO 130 CV; CONSTRUÍDA TOTALMENTE EM CHAPAS DE AÇO; GERENCIAMENTO ELETRÔNICO; DIREÇÃO HIDRÁULICA; AR-CONDICIONADO NA CABINE E COMPARTIMENTO DA AMBULÂNCIA COM CONTROLE NO PAINEL ORIGINAL DE FÁBRICA; AIR BAG DUPLO - MOTORISTA E PASSAGEIROS DIANTEIROS, BANCOS DIANTEIROS EM COURVIN SENDO O BANCO DO MOTORISTA COM REGULAGEM DE ALTURA, ESPELHOS RETROVISORES, VIDROS E TRAVAS ELÉTRICAS DE FÁBRICA, CAIXA DE CÂMBIO DE 06 MARCHAS SINCRONIZADAS PARA FRENTE E 01 DE RÉ; SUSPENSÃO DIANTEIRA INDEPENDENTE COM MOLAS PARABÓLICAS TRANSVERSAL; AMORTECEDORES TELESCÓPICOS DE DUPLA AÇÃO ESTABILIZADORA; FREIOS HIDRÁULICOS DE DUPLO CIRCUITOS COM DISCO NAS 04 RODAS; E PNEUS 225/65 R16; FARÓIS DE NEBLINA; PORTA CORREDIÇA LATERAL DIREITA PARA ACESSO COMPARTIMENTO DE CARGA; PORTA TRASEIRA DUPLA; DUAS PORTAS LATERAIS DIANTEIRAS, TACÓGRAFO; PROTETOR DE CÁRTER DO MOTOR E CAIXA DE CÂMBIO COM ALTURA INTERNA MÍNIMA DE 1.85M; CAPACIDADE DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL DE NO MÍNIMO 75 LITROS. <b>TRANSFORMAÇÃO E EQUIPAMENTO PARA AMBULANCIA:</b> REVESTIMENTO INTERNO TOTAL (LATERAIS, TETO E PORTAS) EM CHAPAS DE POLIETILENO ALTO IMPACTO 3,00MM NA COR BRANCA; PISO EM CHAPAS DE COMPENSADO NAVAL 15MM, REVESTIDO COM EMBORRACHADO VINÍLICO AUTOMOTIVO ANTIDERRAPANTE E DE FÁCIL ASSEPSIA; JANELA CORREDIÇA NA PORTA LATERAL; VENTILADOR OSCILANTE 12V; 01 CORRIMÃO EM METAL FIXADO DE FORMA CENTRALIZADA NO TETO DO	un	1,00	191.900,00	191.900,00



	<p>VEÍCULO NO SENTIDO LONGITUDINAL; MACA RETRÁTIL COM ESTRUTURA EM ALUMÍNIO, COM RODÍZIOS, CABECEIRA BASCULANTE, APOIOS LATERAIS, COLCHONETE REVESTIDO EM COURVIN AUTOMOTIVO E ENGATE RÁPIDO DE FIXAÇÃO; ENGATE PARA CADEIRA DE RODAS NA LATERAL; ILUMINAÇÃO INTERNA FLUORESCENTE, COMPOSTA POR 04 LUMINÁRIAS 15W, FIXADAS NO TETO; 01 POLTRONA FIXADA AO CHÃO, GIRATÓRIA PARA ENFERMEIRO, CONFECCIONADA EM ESTRUTURA DE AÇO E ESPUMA AUTOMOTIVA, COM CINTO DE SEGURANÇA ABDOMINAL; 02 POLTRONAS FIXAS PARA ACOMPANHANTES, CONFECCIONADA EM ESTRUTURA DE AÇO E ESPUMA AUTOMOTIVA, COM CINTO DE SEGURANÇA ABDOMINAL; 01 ARMÁRIO AÉREO 1,50(C) X 0,70(A) X 0,40 (P), COM PORTAS CORREDIÇAS EM ACRÍLICO E 03 GAVETAS, CONFECCIONADO EM COMPENSADO MDF, PINTADO NA COR BRANCA, REVESTIDO EM FÓRMICA; CONJUNTO DE COLETES CERVICAIS TAMANHOS P, M E G, 01 CONJUNTO DE OXIGENAÇÃO 3M³ COMPOSTA DE 02 CILINDROS DE 03M³, 01 CILINDRO DE ÔXIGENIO PORTÁTIL DE 3 LITROS, 01 DESFIBRILADOR PORTÁTIL, VÁLVULA REGULADORA, RÉGUA TRIPLA, MANGUEIRA TRANÇADA, UMIDIFICADOR, FLUXÔMETRO, ASPIRADOR E MÁSCARA FACIAL; COMPARTIMENTO PARA CILINDRO DE OXIGÊNIO 03M³; 01 SINALIZADOR ACÚSTICO VISUAL (TIPO ASA 5) E SINALIZADORES LATERAIS PULSANTES; 01 SIRENE ELETRÔNICA COM 04 TONS; COM INVERSOR DE VOLTAGEM DE 12 VOLTS PARA 110 OU 220 VOLTS COM POTENCIA MÍNIMA DE 800 WATS; 01 SUPORTE PARA SORO E SANGUE EM AÇO CROMADO; CIRCUITO ELÉTRICO COM CABOS ANTICHAMAS SUPER DIMENSIONADOS, QUE NÃO EMANEM GASES E INTERRUPTORES DE ACIONAMENTO EMBUTIDOS; CAIXA DE CALEFAÇÃO (AR QUENTE PARA O COMPARTIMENTO TRASEIRO); CAIXA DE AR CONDICIONADO PARA O COMPARTIMENTO TRASEIRO; APLICAÇÃO DE PELÍCULA BRANCA NOS VIDROS DO COMPARTIMENTO TRASEIRO; PORTA CORREDIÇA NA DIVISÓRIA CABINE/FURGÃO PARA DAR ACESSO AOS PASSAGEIROS/MOTORISTA; FAROL DE EMBARQUE NA PORTA TRASEIRA E ADESIVOS IDENTIFICANDO O VEÍCULO; 01 KIT ESTROBO PARA FARÓIS DIANTEIROS, LATERAIS E TRASEIROS.</p>				
2	<p>VEÍCULO AUTOMOTOR NOVO, ANO/MODELO 2018/2019, OU SUPERIOR, ZERO KM, PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, TIPO MINIBUS, TETO COM ALTURA INTERNA DE NO MÍNIMO 1.890 MM (TETO ALTO); DESTINADO AO TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, APTO A TRAFEGAR EM RODOVIAS PAVIMENTADAS E NÃO</p>	un	1,00	184.361,00	184.361,00



PAVIMENTADA, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: AIR BAG DUPLO - MOTORISTA E PASSAGEIROS DIANTEIROS; FREIOS ABS MOTOR A DIESEL TURBINADO E INTERCULADO; INJEÇÃO ELETRÔNICA, COM NO MÍNIMO 130 CV NBR; DIREÇÃO HIDRÁULICA, CAPACIDADE PARA 16 (DEZESSEIS) PASSAGEIROS COM O MOTORISTA; BANCO DO MOTORISTA COM REGULAGEM EM ALTURA, BANCOS DOS PASSAGEIROS COM ASSENTOS BIPARTIDOS RECLINÁVEIS, REVESTIDOS EM TECIDO OU COURVIN; ESPELHO RETROVISOR EXTERNO COM ACIONAMENTO ELÉTRICO; EQUIPADO COM AR CONDICIONADO, COM DUPLO AR (FRENTE E BANCOS TRASEIROS), COMPRIMENTO TOTAL DE NO MÍNIMO 6.190 MM; COMPRIMENTO ENTRE EIXOS DE NO MÍNIMO 4.325 MM; 2 PORTAS LATERAIS DIANTEIRAS, 2 PORTAS TRASEIRAS E UMA LATERAL DESLIZANTE; PORTA LATERAL COM ACIONAMENTO DE ABERTURA ELÉTRICA, VIDROS CLIMATIZADOS; CINTOS DE SEGURANÇA DE DOIS PONTOS PARA OS PASSAGEIROS, PNEUS 225/65 ARO 16; ACIONAMENTO ELÉTRICO DOS VIDROS DIANTEIROS, BAGAGEIRO ELEVADO EM BAIXO DOS ÚLTIMOS ASSENTOS COM 1000 LTS MÍNIMO; ILUMINAÇÃO NO COMPARTIMENTO DE PASSAGEIROS POR DUAS LÂMPADAS EMBUTIDAS; CAIXA DE CÂMBIO COM 06 (SEIS) MARCHAS A FRENTE E UMA A RÉ, TRANSMISSÃO DIANTEIRA, TRAVA ELÉTRICA DAS PORTAS; TAPETE DE BORRACHA; RÁDIO AM/FM COM MP3/WMA, COM PORTA USB; CAPACIDADE DO TANQUE DE NO MÍNIMO 75 LITROS, VEÍCULO EQUIPADO COM TODOS OS EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CNT, HOMOLOGADO PELO DETRAN.				
				<b>Total: R\$ 376.261,00</b>

## 2. JUSTIFICATIVA DA LICITAÇÃO:

A presente contratação deve-se a necessidade da melhoria da prestação dos serviços realizados pela Secretaria de Saúde, visando sempre atender aos enfermos do Município no deslocamento, para tratamento de saúde, consultas médicas e no socorro em casos de emergência.

Com referência a aquisição do veículo tipo Minibuss o presente procedimento se justifica em função das necessidades decorrentes da demanda existente na Secretaria de Assistência Social para atender localidades de difícil acesso onde se encontram diversas famílias, realização de mutirões para atender essas famílias, bem como o deslocamento dessas famílias para realização de cadastros, atualizações, reuniões, oficinas e ações sobre as condicionalidades do programa IGDBF, entre outras.

## 3. PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO

3.1 O objeto deverá ser entregue no prazo máximo de 30 dias, a contar da emissão da Autorização de Fornecimento.

#### **4. RECEBIMENTO**

4.1 O objeto somente será considerado devidamente entregue se aceito pela Secretaria solicitante, e se estiver de acordo com a Autorização de Fornecimento e Edital.

4.1 Não haverá prestação de garantia da proposta, nem apresentação de amostra

#### **5. PROPOSTA**

5.1 Serão desclassificadas as propostas que descumprirem o estabelecido no edital, bem como com valores acima do valor máximo previsto.

#### **6. JULGAMENTO**

6.1 O julgamento no processo será o de Menor preço por Item.

#### **7. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

7.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a execução do objeto, mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal.

#### **8. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO**

8.1 Ao Município é reservado o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o objeto, que será exercida pelo Secretário solicitante ou por fiscal de contrato designado.

**RAFAELA R. P. DEZEN**  
Gestora do FMS



**ANEXO “B”  
MODELO DA PROPOSTA**

Razão Social:  
Endereço:  
Cidade/Estado:  
CNPJ:

Referente: Pregão Presencial n° \_\_\_\_\_

Apresentamos nossa proposta, acatando todas as estipulações consignadas, conforme abaixo:

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	VEÍCULO AUTOMOTOR NOVO, TIPO FURGÃO, ANO DE FABRICAÇÃO 2018, MODELO 2019 OU SUPERIOR, ESPECIFICAÇÕES MINIMAS: NA COR BRANCA DE FÁBRICA, COM TETO ALTO DE FÁBRICA, EQUIPADO COM MOTOR A DIESEL, 04 CILINDROS TURBO INTER COOLER, COMPRIMENTO DE NO MÍNIMO 5.540 MM, ENTRE EIXOS DE NO MÍNIMO 3.600MM, ALTURA DO COMPARTIMENTO DE CARGA DE NO MÍNIMO 1.890 MM, RÁDIO AM/FM COM MP3/WMA COM PORTA USB, COM POTÊNCIA DE NO MÍNIMO 130 CV; CONSTRUÍDA TOTALMENTE EM CHAPAS DE AÇO; GERENCIAMENTO ELETRÔNICO; DIREÇÃO HIDRÁULICA; AR-CONDICIONADO NA CABINE E COMPARTIMENTO DA AMBULÂNCIA COM CONTROLE NO PAINEL ORIGINAL DE FÁBRICA; AIR BAG DUPLO - MOTORISTA E PASSAGEIROS DIANTEIROS, BANCOS DIANTEIROS EM COURVIN SENDO O BANCO DO MOTORISTA COM REGULAGEM DE ALTURA, ESPELHOS RETROVISORES,	un	1,00			



<p>VIDROS E TRAVAS ELÉTRICAS DE FÁBRICA, CAIXA DE CÂMBIO DE 06 MARCHAS SINCRONIZADAS PARA FRENTE E 01 DE RÉ; SUSPENSÃO DIANTEIRA INDEPENDENTE COM MOLAS PARABÓLICAS TRANSVERSAL; AMORTECEDORES TELESCÓPICOS DE DUPLA AÇÃO ESTABILIZADORA; FREIOS HIDRÁULICOS DE DUPLO CIRCUITOS COM DISCO NAS 04 RODAS; E PNEUS 225/65 R16; FARÓIS DE NEBLINA; PORTA CORREDIÇA LATERAL DIREITA PARA ACESSO COMPARTIMENTO DE CARGA; PORTA TRASEIRA DUPLA; DUAS PORTAS LATERAIS DIANTEIRAS, TACÓGRAFO; PROTETOR DE CÂRTER DO MOTOR E CAIXA DE CÂMBIO COM ALTURA INTERNA MÍNIMA DE 1.85M; CAPACIDADE DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL DE NO MÍNIMO 75 LITROS.</p> <p><b>TRANSFORMAÇÃO E EQUIPAMENTO PARA AMBULANCIA:</b></p> <p>REVESTIMENTO INTERNO TOTAL (LATERAIS, TETO E PORTAS) EM CHAPAS DE POLIETILENO ALTO IMPACTO 3,00MM NA COR BRANCA; PISO EM CHAPAS DE COMPENSADO NAVAL 15MM, REVESTIDO COM EMBORRACHADO VINÍLICO AUTOMOTIVO ANTIDERRAPANTE E DE FÁCIL ASSEPSIA; JANELA CORREDIÇA NA PORTA LATERAL; VENTILADOR OSCILANTE 12V; 01 CORRIMÃO EM METAL FIXADO DE FORMA CENTRALIZADA NO TETO DO VEÍCULO NO SENTIDO</p>					
--	--	--	--	--	--



<p>LONGITUDINAL; MACA RETRÁTIL COM ESTRUTURA EM ALUMÍNIO, COM RODÍZIOS, CABECEIRA BASCULANTE, APOIOS LATERAIS, COLCHONETE REVESTIDO EM COURVIN AUTOMOTIVO E ENGATE RÁPIDO DE FIXAÇÃO; ENGATE PARA CADEIRA DE RODAS NA LATERAL; ILUMINAÇÃO INTERNA FLUORESCENTE, COMPOSTA POR 04 LUMINÁRIAS 15W, FIXADAS NO TETO; 01 POLTRONA FIXADA AO CHÃO, GIRATÓRIA PARA ENFERMEIRO, CONFECCIONADA EM ESTRUTURA DE AÇO E ESPUMA AUTOMOTIVA, COM CINTO DE SEGURANÇA ABDOMINAL; 02 POLTRONAS FIXAS PARA ACOMPANHANTES, CONFECCIONADA EM ESTRUTURA DE AÇO E ESPUMA AUTOMOTIVA, COM CINTO DE SEGURANÇA ABDOMINAL; 01 ARMÁRIO AÉREO 1,50(C) X 0,70(A) X 0,40 (P), COM PORTAS CORREDIÇAS EM ACRÍLICO E 03 GAVETAS, CONFECCIONADO EM COMPENSADO MDF, PINTADO NA COR BRANCA, REVESTIDO EM FÓRMICA; CONJUNTO DE COLETES CERVICAIS TAMANHOS P, M E G, 01 CONJUNTO DE OXIGENAÇÃO 3M<sup>3</sup> COMPOSTA DE 02 CILINDROS DE 03M<sup>3</sup>, 01 CILINDRO DE ÓXIGENIO PORTÁTIL DE 3 LITROS, 01 DESFIBRILADOR PORTÁTIL, VÁLVULA REGULADORA, RÉGUA TRIPLA, MANGUEIRA TRANÇADA, UMIDIFICADOR,</p>					
---	--	--	--	--	--



	<p>FLUXÔMETRO, ASPIRADOR E MÁSCARA FACIAL; COMPARTIMENTO PARA CILINDRO DE OXIGÊNIO 03M<sup>3</sup>; 01 SINALIZADOR ACÚSTICO VISUAL (TIPO ASA 5) E SINALIZADORES LATERAIS PULSANTES; 01 SIRENE ELETRÔNICA COM 04 TONS; COM INVERSOR DE VOLTAGEM DE 12 VOLTS PARA 110 OU 220 VOLTS COM POTENCIA MÍNIMA DE 800 WATS; 01 SUPORTE PARA SORO E SANGUE EM AÇO CROMADO; CIRCUITO ELÉTRICO COM CABOS ANTICHAMAS SUPER DIMENSIONADOS, QUE NÃO EMANEM GASES E INTERRUPTORES DE ACIONAMENTO EMBUTIDOS; CAIXA DE CALEFAÇÃO (AR QUENTE PARA O COMPARTIMENTO TRASEIRO); CAIXA DE AR CONDICIONADO PARA O COMPARTIMENTO TRASEIRO; APLICAÇÃO DE PELÍCULA BRANCA NOS VIDROS DO COMPARTIMENTO TRASEIRO; PORTA CORREDIÇA NA DIVISÓRIA CABINE/FURGÃO PARA DAR ACESSO AOS PASSAGEIROS/MOTORISTA; FAROL DE EMBARQUE NA PORTA TRASEIRA E ADESIVOS IDENTIFICANDO O VEÍCULO; 01 KIT ESTROBO PARA FARÓIS DIANTEIROS, LATERAIS E TRASEIROS.</p>						
2	<p>VEÍCULO AUTOMOTOR NOVO, ANO/MODELO 2018/2019, OU SUPERIOR, ZERO KM, PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, TIPO MINIBUS, TETO COM</p>	un	1,00	Marca	Preço un		Preço Total



<p>ALTURA INTERNA DE NO MÍNIMO 1.890 MM (TETO ALTO); DESTINADO AO TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, APTO A TRAFEGAR EM RODOVIAS PAVIMENTADAS E NÃO PAVIMENTADA, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: AIR BAG DUPLO - MOTORISTA E PASSAGEIROS DIANTEIROS; FREIOS ABS MOTOR A DIESEL TURBINADO E INTERCULADO; INJEÇÃO ELETRÔNICA, COM NO MÍNIMO 130 CV NBR; DIREÇÃO HIDRÁULICA, CAPACIDADE PARA 16 (DEZESSEIS) PASSAGEIROS COM O MOTORISTA; BANCO DO MOTORISTA COM REGULAGEM EM ALTURA, BANCOS DOS PASSAGEIROS COM ASSENTOS BIPARTIDOS RECLINÁVEIS, REVESTIDOS EM TECIDO OU COURVIN; ESPELHO RETROVISOR EXTERNO COM ACIONAMENTO ELÉTRICO; EQUIPADO COM AR CONDICIONADO, COM DUPLO AR (FRENTE E BANCOS TRASEIROS), COMPRIMENTO TOTAL DE NO MÍNIMO 6.190 MM; COMPRIMENTO ENTRE EIXOS DE NO MÍNIMO 4.325 MM; 2 PORTAS LATERAIS DIANTEIRAS, 2 PORTAS TRASEIRAS E UMA LATERAL DESLIZANTE; PORTA LATERAL COM ACIONAMENTO DE ABERTURA ELÉTRICA, VIDROS CLIMATIZADOS; CINTOS DE SEGURANÇA DE DOIS PONTOS PARA OS PASSAGEIROS, PNEUS 225/65 ARO 16;</p>					
---	--	--	--	--	--



<p>ACIONAMENTO ELÉTRICO DOS VIDROS DIANTEIROS, BAGAGEIRO ELEVADO EM BAIXO DOS ÚLTIMOS ASSENTOS COM 1000 LTS MÍNIMO; ILUMINAÇÃO NO COMPARTIMENTO DE PASSAGEIROS POR DUAS LÂMPADAS EMBUTIDAS; CAIXA DE CÂMBIO COM 06 (SEIS) MARCHAS A FRENTE E UMA A RÉ, TRANSMISSÃO DIANTEIRA, TRAVA ELÉTRICA DAS PORTAS; TAPETE DE BORRACHA; RÁDIO AM/FM COM MP3/WMA, COM PORTA USB; CAPACIDADE DO TANQUE DE NO MÍNIMO 75 LITROS, VEÍCULO EQUIPADO COM TODOS OS EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CNT, HOMOLOGADO PELO DETRAN.</p>					
--	--	--	--	--	--

Valor total da proposta: R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

Obs: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a aquisição.

Declaramos que os itens ofertados atendem a todas as especificações descritas no edital.

**VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL:** no mínimo 60 (sessenta) dias a contar da abertura da sessão presencial.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

(nome, CPF e assinatura do responsável legal)

**ANEXO “C”**

**MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO**

Razão Social:  
Endereço:  
Cidade/Estado:  
CNPJ:

Referente: Pregão Presencial para de preço n° \_\_\_\_\_

Ao Município de Cordilheira alta,

(nome do licitante)\_\_\_\_\_, por seu representante legal, inscrita no CNPJ sob n° \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, credencia como seu representante o Sr. \_\_\_\_\_ (nome e qualificação), para em seu nome participar do certame em epígrafe, conferindo-lhe poderes especialmente para formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao pregão, na sessão pública de julgamento, nos termos do artigo 4º da Lei 10.520/2002.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

**“COM FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO”**

(nome, CPF e assinatura do responsável legal)

**ANEXO “D”**

**DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO V, DO ART. 27, DA LEI  
8.666/93**

\_\_\_\_\_ (Razão Social), inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade - RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas da lei, para fins do disposto no inciso V, art. 27, da Lei federal nº 8.666/93, cumprindo o disposto no inciso XXXIII, art. 7º, da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, assim como assume o compromisso de declarar a superveniência de qualquer fato impeditivo à sua habilitação.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de menor aprendiz. ( )

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

(nome, CPF e assinatura do responsável legal)

**(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)**

**ANEXO “E”**

**DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO VII DO ART. 4º DA LEI Nº  
10.520/2002 (\*)**

Referente: Pregão Presencial nº \_\_\_\_\_

(nome do licitante) \_\_\_\_\_, por seu representante legal, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, nos termos do artigo 4º, VII, da Lei 10.520/2002, declara para os devidos fins de direito que cumpre plenamente os requisitos da habilitação estabelecidos nas cláusulas do Edital em epigrafe.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

**Entregar fora dos envelopes de nº 01 e 02, logo após o credenciamento.**

(nome, CPF e assinatura do responsável legal)

**ANEXO "F"**

**MINUTA CONTRATUAL**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N. \_\_\_/2018**

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA E A EMPRESA \_\_\_\_\_, CNPJ N° \_\_\_\_\_.**

O **MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**, situado na Rua Celso Tozzo, n. 27, Bairro Centro, CEP 89819-000, inscrito no CNPJ sob n. 95.990.198/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal **CARLOS ALBERTO TOZZO**, e o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORDILHEIRA ALTA**, situado na Rua Maria Ranzan, n. 691, Bairro Rosa Linda, CEP 89819-000, inscrito no CNPJ sob o n. 11.427.163/0001-71, neste ato representado pela sua gestora, Sra. Rafaela Regina Pacifico Dezen, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob n. \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, representada neste ato pelo Sr(a) \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob n. \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o Processo de Licitação n. 102/2018, Pregão Presencial n. 43/2018, e que se regerá pela Lei n. 8.666/93, e alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O objeto do presente contrato é a **AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES NOVOS, ANO FABRICAÇÃO 2018, MODELO 2019 OU SUPERIOR**, conforme especificações constantes no Termo de Referência e tabela da Cláusula 4ª.

1.1.1. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº 43/2018, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da **CONTRATADA**.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO, FORMA E LOCAL DE FORNECIMENTO**

2.1. O objeto deverá ser entregue no endereço mencionado na qualificação, no prazo máximo de 30 dias a contar da emissão da Autorização de Fornecimento.

2.2. O objeto somente será considerado devidamente entregue se aceito pela Secretaria solicitante, e se estiver de acordo com a descrição da Autorização de Fornecimento.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL**

3.1. O presente Contrato terá vigência até 31/03/2019, contados da data de sua assinatura.

**CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL**

4.1. Pela execução do objeto/fornecimento dos bens previstos na Cláusula Primeira, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor total de R\$



\_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ), sendo \_\_\_\_ com recursos federais e \_\_\_\_\_ com recurso próprio, conforme tabela abaixo:

[...]

4.2. Os recursos para pagamento do objeto desta licitação correrão por conta de recursos federais das contas do IGDBF (Índice de Gestão Descentralizada) do MDSA e recursos próprios do Município de Cordilheira Alta, sendo: Projeto Atividade 1.030, 2.034, 1.003 - Elemento 4.4.90, da Lei Orçamentária do Exercício de 2018.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

5.1. O CONTRATANTE efetuará o pagamento do objeto deste Contrato à CONTRATADA em até 30 (trinta) dias após a execução do objeto, mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal.

5.2. O pagamento será efetuado mediante depósito bancário, em conta corrente de titularidade da CONTRATADA.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DA GARANTIA**

6.1. Garantia de fábrica.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

7.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato ensejará a sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, com as consequências previstas no artigo 80 da referida Lei, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização.

7.2. A rescisão contratual poderá ser:

7.2.1. Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/1993;

7.2.2. Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DOS REAJUSTES E REEQUILIBRIO**

8.1. Os preços ora contratados não sofrerão reajustes, autorizado o reequilíbrio econômico financeiro, na forma da Lei 8.666/93.

#### **CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES**

9.1. São obrigações da CONTRATADA:

9.1.1. Responsabilizar-se pela saúde dos funcionários, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e fiscais, quer municipais, estaduais ou federais, bem como pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação. 9.1.1.1. Responder integralmente pelas obrigações contratuais, nos termos do art. 70 do Código de Processo Civil, no caso de, em qualquer hipótese, empregados da CONTRATADA intentarem reclamações trabalhistas contra a CONTRATANTE.

9.1.1.2. Cumprir com as determinações estabelecidas pelo Ministério do Trabalho, relativas à segurança e medicina do trabalho.

9.1.2. Obrigar-se pela seleção, treinamento, habilitação, contratação, registro profissional de pessoal necessário, bem como pelo cumprimento das formalidades exigidas pelas Leis Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias.

9.1.3. Responsabilizar-se pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à CONTRATANTE, ao meio ambiente e/ou a terceiros em decorrência da execução do objeto deste termo, respondendo por si e por seus sucessores.

9.1.4. Responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, no desempenho do objeto do presente Contrato.

9.1.5. Manter, na direção dos serviços, representante ou preposto capacitado e idôneo que a represente, integralmente, em todos os seus atos.

9.1.6. Responsabilizar-se pela apuração e recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas.

9.1.7. Recolher os impostos devidos, no que diz respeito ao objeto da presente Ata, em seu órgão competente.

9.2. São obrigações da CONTRATANTE:

9.2.1. Efetuar os pagamentos no prazo estabelecido no item 5.1 da Cláusula Quinta deste Termo.

9.2.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

9.2.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.2.4. Comunicar à Contratada, por escrito ou verbalmente, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES**

10.1. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a empresa contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

10.1.2. Pelo atraso injustificado na execução do Contrato multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), sobre o valor da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

10.1.3. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida, e ainda, multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

10.2. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 10.1.2 e 10.1.3 será o valor inicial do Contrato.

10.3. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida

10.4. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta.

10.5. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a CONTRATADA que não cumprir as cláusulas contratuais, sujeitas ainda:

10.5.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

10.5.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA**

11.1. O presente termo não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO**

12.1. O CONTRATANTE providenciará a publicação respectiva, em resumo, do presente termo, na forma prevista em Lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES**

13.1. Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei n. 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO**

14.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Chapecó, SC, para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento do presente Contrato.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Cordilheira Alta, SC, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

**CARLOS ALBERTO TOZZO**  
**Prefeito Municipal**

**RAFAELA R. P. DEZEN**  
**Gestora do FMS**

**Contratada:**

Testemunhas:

1 \_\_\_\_\_ 2 \_\_\_\_\_

Fiscal do Contrato: